



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 8.323/2025**

**MODALIDADE:** Dispensa de Licitação (Art. 75, II, Lei 14.133/2021)

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021

**PARTES CONTRATANTES:**

**CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SEPOF**, órgão da Administração Direta, inscrita no CNPJ sob o Nº 28.946.916/0001-58 com sede na Estrada da Providência Nº 316, bairro da Cidade Nova, CEP 67140-440, Ananindeua-PA, neste ato representada por sua titular, SECRETARIA ANA MARIA DE SOUZA AZEVEDO, brasileira, casada, economista, portadora do RG Nº: 3441336, inscrita no CPF sob o Nº 088.191.492-49, residente e domiciliada em Belém, Estado do Pará

**CONTRATADA: WIND COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ sob o nº 10.836.784/0001-46, com sede na Travessa WE 38, nº 671, Conjunto Cidade Nova V, Bairro Coqueiro, Ananindeua/PA, neste ato representado por seu TITULAR Senhora Patrícia Domingues Alamar, Portador da Carteira de Identidade Nº 4882741, inscrito no CPF sob o nº 884.307.152-15, residente e domiciliado nesta cidade têm entre si ajustado o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal Nº 14.133/21 e alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes, que reciprocamente outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 Constitui objeto deste Contrato, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT, FRIGOBAR E BEBEDOUROS**, para suprir as necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E**



**FINANÇAS DE ANANINDEUA**, de acordo com Termo de Referência e as descrições constantes do **Processo Administrativo nº 8.323/2025**).

**1.2 A prestação dos serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva**, em regime de execução indireta, referem-se aos seguintes equipamentos de propriedade da CONTRATANTE:

- a) 04 (quatro) Aparelhos de central de ar condicionado do tipo Split de 9.000 BTUS;
- b) 05 (cinco) Aparelhos de central de ar condicionado do tipo Split de 12.000 BTUS
- c) 04 (quatro) Aparelhos de central de ar condicionado do tipo Split de 18.000 BTUS
- d) 03 (três) Aparelhos de central de ar condicionado do tipo Split de 24.000 BTUS
- e) 04 (quatro) Aparelhos de central de ar condicionado do tipo Split de 30.000 BTUS
- f) 01 (um) Equipamento tipo frigobar de 120 litros;
- g) 03 (três) Bebedouros de 4,5 litros.

**1.3** Os serviços serão executados nas dependências da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF.

**1.4** A definição do objeto observa o disposto no **artigo 18 da Lei nº 14.133/2021**, tendo sido precedida de **Estudo Técnico Preliminar** que comprovou a viabilidade técnica e econômica da contratação.

**1.5** As especificações técnicas constam do **Termo de Referência**, elaborado conforme **art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**, documento que integra este contrato independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

**2.1** A contratação foi realizada mediante **dispensa de licitação**, fundamentada no **artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece ser dispensável a licitação "para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para outros serviços e compras".

**2.3** O valor total da contratação (R\$ 42.600,00) situa-se 14,8% abaixo do limite estabelecido para dispensa, atendendo rigorosamente ao dispositivo legal supracitado.

**2.4** O procedimento de dispensa observou integralmente o **artigo 72 da Lei nº 14.133/2021**, que exige justificativa da necessidade de contratação e demonstração de que o preço é compatível com o praticado no mercado.



## **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO**

**3.1** O presente contrato fundamenta-se:

I – Nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:

- a) constem no Processo Administrativo nº 8323/2025;
- b) não contrariem o interesse público;

II – nas determinações da Lei nº 14.133/21;

III – nos preceitos de direitos públicos; e,

IV – Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado

## **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E REGIME FINANCEIRO**

**4.1** O valor total do contrato é de **R\$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais)**, correspondente a **12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas** da quantia de **R\$ 3.550,00 (três mil, quinhentos e cinquenta reais)**.

**4.2** O preço foi estabelecido com base em **pesquisa de mercado** realizada conforme **artigo 23 da Lei nº 14.133/2021**, que determina a necessidade de estimativa de custos para contratação.

**4.3.** Estão incluídas no preço todas as despesas com material, benefícios, impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciários, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

**4.4.** No período de vigência deste Contrato os preços são irrevogáveis

## **CLÁUSULA QUINTA – FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal / Fatura.

**5.2** A Nota Fiscal / Fatura emitida e entregue ao servidor da unidade destinatária, com a discriminação de cada um dos itens que compõem o objeto, deverá ser atestada pelo fiscal e encaminhada ao setor competente para fins de pagamento.

**5.3** A Nota Fiscal / Fatura deverá discriminar os itens do contrato administrativo, constando o valor unitário e as demais especificações inclusas na proposta consolidada vencedora do certame;

**5.4** O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio transferência



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF**

---

bancária.

**5.5** Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura, nos demais documentos que sustentam o pagamento ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a Nota Fiscal será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas sanadoras.

**5.6** No caso do item retro o prazo para pagamento, de 30 (Trinta) dias, inicia-se após a regularização da situação ou reapresentação da Nota Fiscal, fato esse que não acarretará em ônus adicional à CONTRATANTE, nem em prejuízo à execução do contrato.

**5.7** A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, motivadamente, suspender o pagamento se o cumprimento da obrigação estiver em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e do contrato, se for o caso.

**5.8** A CONTRATADA deverá explicitar na Nota Fiscal o nome do Banco, o número da agência e o número da conta corrente para realização da transação bancária de pagamento.

**5.9** A CONTRATADA deverá explicitar na Nota Fiscal / Fatura a modalidade e número da licitação a que faz referência, a Ata de Registro de Preço (se for o caso) e/ou o contrato administrativo (se for o caso).

**5.10**

A

efetivação do pagamento ficará condicionada à apresentação mínima, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

**5.10.1** Nota Fiscal referente ao pagamento pretendido;

**5.10.2** Recibo de pagamento devidamente assinado;

**5.10.3.** Certidão Negativa Conjunta de Débitos junto à Fazenda Nacional;

**5.10.4.** Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal, se a CONTRATADA for domiciliada em Ananindeua/PA;

**5.10.5.** Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

**5.10.6.** Certidão Negativa de Débitos junto ao Justiça do Trabalho;

**5.10.7.** Demais documentos exigidos por Lei, Decreto ou outro instrumento normativo municipal.

**5.11** Caso, após o devido processo legal, tenha sido aplicada a pena de multa à CONTRATADA, a CONTRATANTE se reserva o direito de descontar o valor da multa de qualquer Nota Fiscal a pagar ou crédito existente em favor daquela.

**5.12** Com base no item acima, caso o valor da multa aplicada seja superior ao crédito eventualmente existente em favor da CONTRATADA, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF**

---

**5.13** Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5.14** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**5.15** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

**5.16** Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA, na forma estabelecida nos Subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** – Os recursos orçamentários para atender as despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento aprovado da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DE ANANINDEUA, para o exercício de 2025 a 2026, como a seguir especificado:

#### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Órgão: 03 Sec. Mun. de Adm., Plan, Orç. e Finanças

Unidade: 01 Sec. Mun. Plan., Orç., e Finan 90

Funcional programática: 0412200152370 Apoio às Ações Administrativas

Natureza da despesa: 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU

Sub-elemento: 3390391700 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS

Fonte: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

Valor Reservado: R\$ 21.300,00

Saldo Atual: R\$ 0.00

Valor Próximo Exercício: R\$ 21.300,00

### **CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**7.1** O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, iniciando-se na data de sua assinatura e encerrando-se em **07/07/2025 a 07/07/2026**, podendo ser **prorrogado** por iguais e sucessivos períodos.



**7.2** A prorrogação observará rigorosamente o disposto no **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**:

- **Limite máximo:** 60 (sessenta) meses;
- **Justificativa:** Comprovação da vantajosidade;
- **Concordância:** Manifestação expressa das partes;
- **Formalização:** Mediante termo aditivo.

**7.3** A prorrogação será **precedida** de:

- **Pesquisa de mercado** atualizada (**art. 107, § 1º, Lei 14.133/2021**);
- **Justificativa escrita** da conveniência (**art. 107, § 2º, Lei 14.133/2021**);
- **Análise da execução contratual** pelo gestor do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1** Constituem obrigações da CONTRATADA, em estrita observância ao **artigo 116 da Lei nº 14.133/2021**:

### **a) Obrigações de Execução:**

- Executar os serviços com **qualidade e regularidade**, assegurando o perfeito cumprimento do cronograma (**art. 116, I, Lei 14.133/2021**);
- Satisfazer a obrigação no local consignado neste Termo de Referência, mais precisamente, nas dependências da Contratante, observando ainda o horário de funcionamento administrativo
- Fornecer **todos os materiais, peças, ferramentas e equipamentos** necessários à execução dos serviços;
- Disponibilizar **equipe técnica qualificada**, devidamente uniformizada e identificada;
- Realizar **manutenção preventiva bimestral** em todos os equipamentos relacionados;
- Atender **chamados para manutenção corretiva** em até **2 (duas) horas** após solicitação oficial;
- Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Termo de Referência, quando se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução/fornecimento
- Atender, de imediato, às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a execução da obrigação
- É expressamente vedado à CONTRATADA a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo, ou de ocupante de cargo em comissão,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF

---

assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau, durante a vigência deste contrato

- Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde pública e no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes
- Implementar de forma adequada o planejamento, a execução e a supervisão permanente da obrigação, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta

Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parte alguma do contrato.

**b) Obrigações de Qualidade:**

- Manter os equipamentos em **perfeito estado de funcionamento** e conservação;
- Fornecer **garantia mínima de 90 (noventa) dias** para todos os serviços executados;
- Substituir **peças defeituosas** exclusivamente por outras **novas e originais** dos fabricantes;
- Utilizar **materiais e insumos de primeira qualidade**, conforme especificações técnicas;

**c) Obrigações Administrativas:**

- Apresentar **relatório mensal detalhado** dos serviços executados, conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE;
- Manter **atualizada**, durante toda a vigência contratual, a **documentação de habilitação** exigida (**art. 116, II, Lei 14.133/2021**);
- **Responsabilizar-se integralmente** pelos serviços contratados e suas consequências (**art. 116, III, Lei 14.133/2021**);
- Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução da obrigação

**d) Obrigações Trabalhistas e Fiscais:**

- **Cumprir integralmente** as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais (**art. 116, V, Lei 14.133/2021**);
- Manter em dia o **recolhimento dos encargos sociais**, impostos e contribuições;
- **Não transferir a terceiros** as obrigações assumidas sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- Responsabilizar-se, na execução do objeto do Termo de Referência, por todas as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, adicionais, vale-refeição, transporte (de pessoal, materiais e acessórios), estadias, encargos (sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários), seguros, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF

---

seus empregados ou prepostos, inclusive aqueles vinculados a empresas que lhe prestarem serviço (distribuidoras, transportadoras etc.).

**e) Obrigações de Comunicação:**

- **Comunicar imediatamente** qualquer anormalidade ou impossibilidade de execução dos serviços;
- **Prestar esclarecimentos** solicitados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- **Manter sigilo** sobre informações e dados obtidos em razão da execução contratual, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar os empregados e colaboradores nesse sentido.
- Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**:

**a) Obrigações Financeiras:**

- **Efetuar os pagamentos** nas condições, prazos e forma estabelecidos neste contrato (art. 116, VI, Lei 14.133/2021);
- **Disponibilizar dotação orçamentária** suficiente para cumprimento das obrigações contratuais;

**b) Obrigações de Apoio:**

- **Proporcionar todas as facilidades** indispensáveis à boa execução dos serviços;
- **Prestar informações e esclarecimentos** que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- **Permitir acesso** dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE;

**c) Obrigações de Controle:**

- **Exercer fiscalização** dos serviços através de servidor especialmente designado (art. 117, Lei 14.133/2021);
- **Comunicar oficialmente** as ocorrências que exijam medidas corretivas;
- **Rejeitar serviços** que estejam em desacordo com as especificações contratuais;



- **Aplicar penalidades** regulamentares e contratuais quando cabíveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

**101** A **gestão e fiscalização** do contrato serão exercidas por **servidor especialmente designado** pela CONTRATANTE, em estrita observância ao **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**.

**10.2** O **gestor do contrato** terá as seguintes atribuições, conforme **art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**:

- a) **Acompanhar e fiscalizar** a execução contratual;
- b) **Atestar** a prestação dos serviços para fins de pagamento;
- c) **Manter registro** das ocorrências relacionadas à execução;
- d) **Aplicar advertências** por descumprimentos menores;
- e) **Propor aplicação** de penalidades contratuais;
- f) **Exigir cumprimento** rigoroso das obrigações assumidas;
- g) **Comunicar superiormente** irregularidades que exijam providências administrativas.

**10.3** A **fiscalização** abrange os seguintes aspectos:

- **Controle de qualidade** dos serviços prestados;
- **Verificação do cumprimento** de prazos e especificações;
- **Conferência de materiais** e insumos utilizados;
- **Análise de relatórios** apresentados pela CONTRATADA;
- **Avaliação da satisfação** dos usuários dos serviços.

**10.4** A fiscalização pela CONTRATANTE **não exclui nem reduz** a responsabilidade da CONTRATADA pelos serviços executados, conforme **art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1** Pelo **descumprimento das obrigações contratuais**, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas no **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**:

### a) Advertência:

- Por **infrações leves** que não acarretem prejuízos à Administração;
- **Comunicada** por escrito ao infrator;

### b) Multa:

- **0,5% (meio por cento)** sobre o valor mensal do contrato, por **dia de atraso** na execução dos serviços;
- **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, por **inexecução total ou parcial**;



- **20% (vinte por cento)** sobre o valor total, em caso de **reincidência** em inexecução;

**c) Suspensão do direito de licitar:**

- **Temporária:** Por prazo de até **3 (três) anos** com a Administração Pública;
- **Aplicável** nos casos de inexecução grave ou reiterada;

**d) Declaração de inidoneidade:**

- Para licitar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos da punição;
- **Aplicável** nos casos mais graves de descumprimento.

**11.2** A aplicação das sanções observará o **devido processo legal**, conforme **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**:

- **Instauração** de processo administrativo específico;
- **Garantia de defesa prévia** no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- **Decisão fundamentada** da autoridade competente.

**11.3** As penalidades **poderão ser aplicadas cumulativamente e não excluem** a responsabilização por **perdas e danos**, conforme **art. 155, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** O presente contrato poderá ser **alterado** mediante **termo aditivo**, observando-se rigorosamente o **art. 124 da Lei nº 14.133/2021**:

**a) Alterações Unilaterais pela Contratante (art. 124, inciso I):**

- **Modificação do projeto** ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- **Acréscimo ou supressão** de serviços, até o limite de 25%;

**b) Alterações por Acordo (art. 124, inciso II):**

- **Substituição da garantia** de execução;
- **Modificação do regime** de execução ou da forma de pagamento;
- **Prorrogação** de prazos de execução.

**12.2** Qualquer alteração deverá ser **precedida** de:

- **Justificativa** da necessidade e conveniência;
- **Autorização** da autoridade competente;
- **Análise jurídica** da proposta de alteração.

**12.3** É **vedada** a alteração que **implique violação** da **isonomia, do interesse público** ou dos **princípios da administração pública**.



## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições estabelecidas no **Capítulo V da Lei nº 14.133/2021** (arts. 137 a 143):

a) **Rescisão Unilateral (art. 137)**: Por motivo de **interesse público** ou nas seguintes hipóteses:

- **Inadimplemento** de cláusulas contratuais;
- **Lentidão** no cumprimento das obrigações;
- **Paralisação** injustificada dos serviços;
- **Subcontratação** não autorizada;
- **Desatendimento** das determinações da fiscalização;
- **Falência** ou insolvência civil da CONTRATADA;

b) **Rescisão Amigável (art. 138, inciso II)**:

- Por **acordo** entre as partes;
- **Reduzida a termo** no processo administrativo;
- **Autorizada** por escrito e fundamentada;

c) **Rescisão Judicial (art. 138, inciso III)**:

- Nos casos em que a **Administração** for a **inadimplente**;
- **Observado** o contraditório e a ampla defesa.

13.2 A rescisão por **inadimplemento da CONTRATADA** será **precedida** de:

- **Notificação** para cumprimento da obrigação no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**;
- **Processo administrativo** assegurando o contraditório e ampla defesa;
- **Decisão motivada** da autoridade competente.

13.3 Os efeitos da rescisão seguirão o disposto no **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

14.1 É expressamente vedada:

- A **cessão, transferência ou subcontratação**, total ou parcial, do objeto contratual (art. 121, parágrafo único, Lei 14.133/2021);
- A **utilização de mão de obra infantil** (art. 7º, XXXIII, CF/88);
- **Práticas discriminatórias** de qualquer natureza.

14.2 A CONTRATADA deverá **manter** durante toda a execução do contrato:

- As **condições de habilitação** exigidas (art. 116, II, Lei 14.133/2021);
- A **regularidade fiscal e trabalhista** comprovada;



- **Seguro de responsabilidade civil** compatível com as atividades desenvolvidas.

**14.3** O contrato **não gera vínculo empregatício** entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA, conforme **Súmula nº 331 do TST**.

**14.4** A **execução do contrato** será **acompanhada** pelos **órgãos de controle interno e externo**, conforme legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**15.1** Fica a CONTRATADA **dispensada** de prestar garantia para execução do contrato, tendo em vista o **baixo valor** da contratação e a **natureza dos serviços**, conforme faculta o **art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021**.

**15.2** A **dispensa de garantia** não exime a CONTRATADA da **integral responsabilidade** pela execução do objeto contratual e **reparação de eventuais danos**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL**

**16.1** Em observância ao **princípio da publicidade** e à **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação), as informações sobre este contrato **estarão disponíveis**:

- No **Portal da Transparência** do Município;
- No **Diário Oficial** do Município;
- Em **consulta pública** quando solicitada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**17.1** As partes elegem o **foro da Comarca de Ananindeua/PA** para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato, **renunciando** a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**17.2** Aplica-se **subsidiariamente** ao presente contrato:

- **Código Civil Brasileiro** (Lei nº 10.406/2002);
- **Código de Processo Civil** (Lei nº 13.105/2015);
- **Legislação municipal** pertinente.

**17.3** As normas aplicáveis são aquelas **vigentes na data da assinatura**, salvo quando **expressamente acordado** pelas partes sobre aplicação de legislação superveniente.

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEPOF**

---

**Cláusula 18ª** - O presente contrato **vincula as partes** aos seus termos, às propostas que o integram e à **Lei nº 14.133/2021**.

**Cláusula 19ª** - Fazem parte **integrante** deste contrato, independentemente de transcrição:

- **Processo Administrativo nº 8323/2025**
- **Termo de Referência**
- **Parecer Jurídico**
- **Termo de Justificativa de Escolha do Fornecedor**
- **Proposta Comercial da CONTRATADA**
- **Estudo Técnico Preliminar**

**Cláusula 20ª** - O contrato foi **lido e achado conforme** pelas partes, que o assinam para que **produza seus efeitos legais**, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Ananindeua/PA, 12 de agosto de 2025.

**ANA MARIA DE SOUZA AZEVEDO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO  
E FINANÇAS DE ANANINDEUA – SECRETÁRIA  
CONTRATANTE

**PATRICIA DOMINGUES ALAMAR**  
WIND COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA  
CONTRATADA